



ACRE2050

O FUTURO DOS ACREANOS JÁ COMEÇOU





UM PRESENTE PARA O ACRE

Minha família vive nessas terras há mais de 45 anos. Aqui nasceram nossos sonhos e nossa esperança. Vi muitas alegrias acontecerem no Acre, mas entendo que o momento atual é de mudança. Nosso Acre tem sido violentamente prejudicado por diversos problemas políticos e sociais. Meu desejo é partilhar com a fundação desse Fórum Anual, data da Revolução Acreana, uma vontade incansável de pensar um futuro melhor, construído por todos com muito diálogo, debate e engajamento.

Que até 2050

Sejamos corajosos e determinados

O Futuro é como Acre.

É nosso



Fundador do Fórum
Rodrigo Pires

SUMÁRIO



07

EQUIPE E APOIO



09

O ACRE



15

FUTURO DO ACRE



16

**PROPOSTAS DE
MELHORIAS**



20

**CARACTERIZAÇÃO
DO ESTADO**





EQUIPE

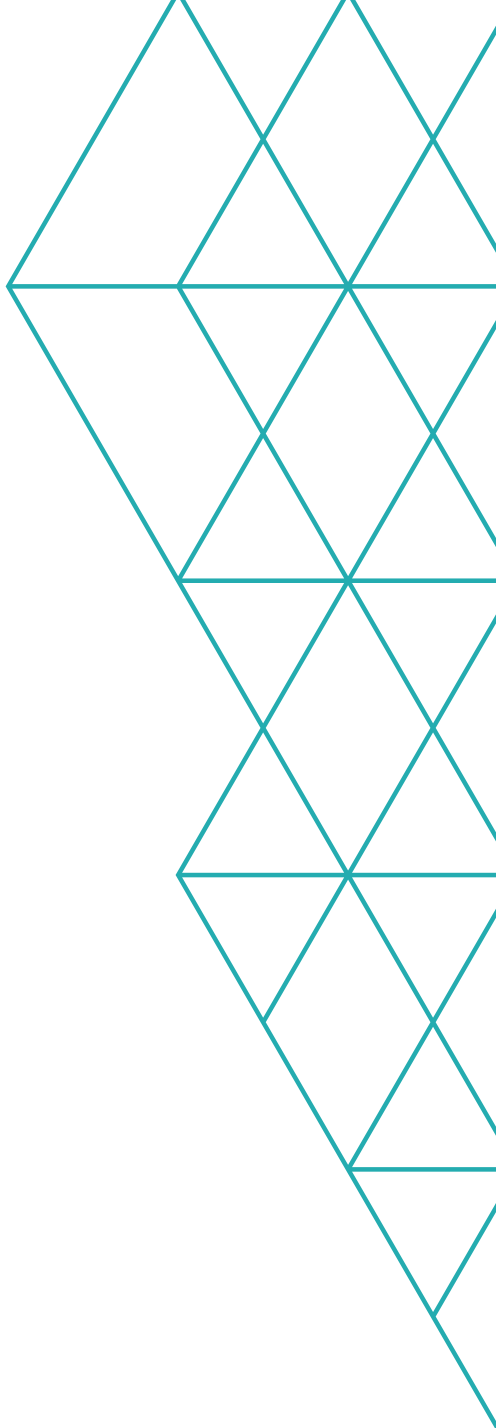
Rodrigo Pires
Pedro Cavalcante
Silvio Oliveira
Rodrigo Marques
Rafael Noberto
João Albuquerque
Tacio Coelho
Tiago Mendonça
Felipe Caobianco
Jomar Cesáreo
Amanda Lanzetti
Alexandre Martins
Lucas Costa
Christopher Mariano
Cristina Neri
Marcelo Zamora
Douglas Barros

APOIO

Falconi Consultoria; ACISA; Federação da Agricultura; Marcello Moura

PWS Comunicação

Revisão: Giselle Lucena
Gerenciamento: Ohana Aiache
Diagramação: Márcio Freitas







O ACRE

O Estado do Acre carrega em sua história uma vasta experiência de acontecimentos que marcaram a sua origem, desde seu processo de ocupação territorial, até o surgimento de movimentos políticos e sociais, bem como, mais recentemente, as diversas mudanças na condução de políticas de desenvolvimento estadual. É uma história que se inicia ainda em meados do século XIX, mediante as primeiras expedições de exploração da região Amazônica.

O Acre é o Estado mais novo a se integrar ao território nacional do Brasil e, talvez, seja um dos únicos Estados brasileiros – se não, o único – que experimentou momentos institucionais que nenhum outro teve a oportunidade de experimentar.

Para se ter uma ideia, a região onde hoje encontra-se o Estado do Acre, foi inicialmente um território exclusivamente indígena, que passou a ser ocupado por brasileiros, especificamente pelo povo nordestino, nos anos 1870/1880, para a extração das drogas do sertão e do látex, diante o impulsionamento da demanda de borracha com a Revolução Industrial, liderada pelos países europeus e os Estados Unidos. Essa atividade despertou as atenções para o potencial econômico da região e também a cobiça dos bolivianos que tentaram uma ocupação militar mal sucedida em 1899. Os brasileiros que estavam nesse território expulsaram os bolivianos e fundaram o “Estado Independente do Acre” com o objetivo de anexá-lo ao Brasil.

No entanto, em 1900, o governo brasileiro desarticulou o movimento político e social da época e devolveu esse território à Bolívia. Com a implantação de uma companhia comercial anglo-americana em 1901, que visava arrendar a região e exigia a livre navegação internacional dos rios amazônicos – ameaçando a soberania brasileira –, desencadeou-se novamente uma revolução liderada por Plácido de Castro. A vitória so- ▶▶



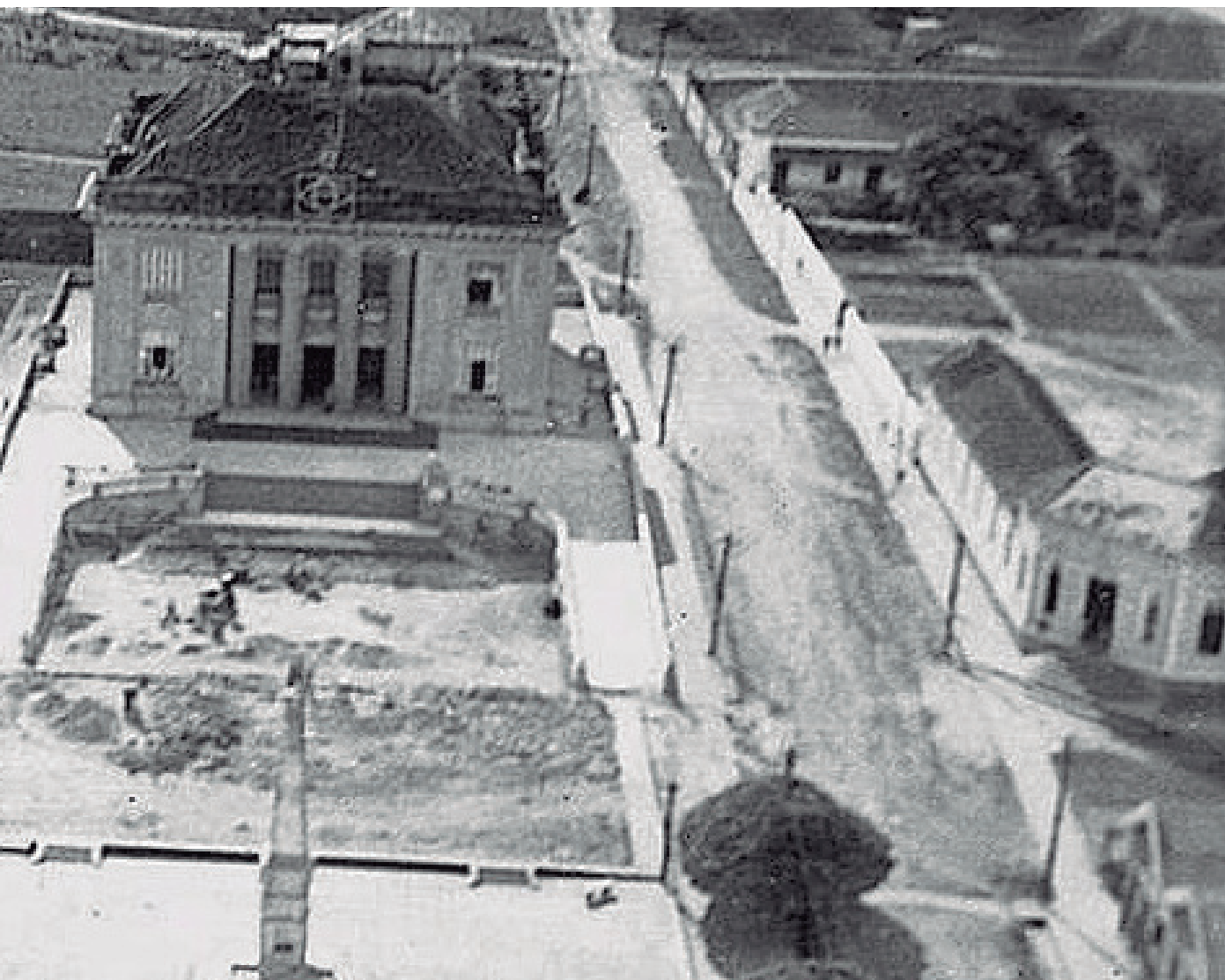
ACRE 1970

bre os bolivianos levou à proclamação e à recriação do Estado Independente, porém, dessa vez, a pressão nacional forçou o presidente Rodrigues Alves a assinar o Tratado de Petrópolis e a anexar o Acre ao Brasil na condição de Território Federal Brasileiro em 1903, que, do ponto de vista institucional, consiste em um sistema territorial e político totalmente dependente do poder executivo federal tanto na questão de arrecadação de impostos e distribuição de recursos, como na escolha dos seus governantes.

Portanto, a nova luta do povo acreano naquele momento foi pela sua autonomia política, que apenas foi conquistada em 1962, com a elevação do Território Federal para a condição de Estado, garantindo a autonomia política e

direitos básicos aos cidadãos acreanos como qualquer cidadão brasileiro.

A partir da década de 1970, o Governo Militar implantou uma política desenvolvimentista de ocupação da região Amazônica, que consistiu em uma "modernização conservadora" e culminou em diversos problemas econômicos, sociais e ambientais no Estado do Acre, principalmente pela expulsão da população tradicional (indígenas, seringueiros, ribeirinhos, colonos etc.) para as cidades, especialmente para Rio Branco, capital acreana. Vale destacar que nos anos 1970, a maior parte da população acreana se encontrava na zona rural, e já nos anos 1990, quase 80% da população estava instalada na zona urbana, ou seja,



uma política de governo equivocada que desencadeou um imenso "inchaço populacional" nas cidades que não estavam preparadas com uma infraestrutura adequada para receber repentinamente um grande número de pessoas.

Na década de 1990, como alguns historiadores e pesquisadores apontam, observou-se um período marcado pela ausência de um projeto concreto de desenvolvimento para o Estado do Acre, além de "denúncias" de corrupção e práticas clientelistas, total desequilíbrio financeiro, sucateamento da máquina pública e crescimento acelerado do crime organizado que criava um clima de temor e insegurança, afligia a toda sociedade.

Fonte <http://estaticog1.globo.com/2015/09/15/Plano-de-Governo-2015-2018.pdf>



É a partir desse momento que surgem as propostas ditas de um "Projeto de Desenvolvimento Sustentável para o Acre", baseado notadamente no termo criado pelo governo da época, o de Florestania //





EXTRATIVISTA

Este projeto visava ao desenvolvimento acreano mediante práticas de valorização da floresta como um ativo econômico e financeiro, modelo que refletiu-se durante os anos 2000.

Arelado à Florestania, o governo estadual da época encaminhou políticas de industrialização numa tentativa de modernização econômica. No entanto, pela falta de planejamento adequado, a maioria dos empreendimentos com investimentos estaduais ainda não apresentou o retorno esperado, tanto no aspecto econômico, como no social, tendo em vista que até a geração de emprego foi comprometida devido às instalações industriais paradas ou operando abaixo da capacidade produtiva, como a Fábrica de Tacos e a Natex, localizadas em Xapuri, berço do principal líder

dos movimentos sociais rurais, Chico Mendes.

Vale destacar que ainda nesse mesmo período, foi idealizado e implantado, porém ainda não entrou em atividade, a Zona de Processamento para Exportação do Acre (ZPE), por conta dos diversos gargalos institucionais e estruturais identificados, especialmente, pelas empresas que realizam estudos e pesquisas adequados antes de se instalarem em uma região.

Recentemente, nos anos de 2010, o governo estadual continuou com os incentivos e investimentos no setor industrial, basicamente com as indústrias de peixe e suínos. Ainda é cedo para afirmar se serão projetos viáveis, no entanto, o que se identifica de imediato é a ausência do incentivo das bases produtivas no tocante à produção de insumos



NATEX



ZPE

para a fabricação de ração, que poderia ocorrer mediante ao aumento da produção de grãos (soja, milho etc.).

PEIXES DA AMAZONIA, UM PROJETO NA HORA ERRADA E UM VALOR FORA DA REALIDADE.

Como vimos a situação política e econômica do Estado do Acre na década de 1990, hoje se observa um enredo muito parecido com aquele, porém com novos personagens: “denúncias” de corrupção e práticas clientelistas, total de-sequilíbrio financeiro, sucateamento da máquina pública e crescimento acelerado do crime organizado que criava um clima de temor e insegurança, afligia a toda sociedade.” Ora, é preciso entender que o processo de desenvolvimento e a industrialização não ocorrem por

“decreto” Talvez, aquele modelo proposto na década de 1990 e implantado nos anos 2000 tenha se esgotado, chegando ao seu limite, e Nosso Acre já não caiba mais naquele modelo, o que aponta para a construção de um Acre moderno, com um efetivo desenvolvimento econômico e social. Como diz o teórico do desenvolvimento sustentável, Ignacy Sachs:



é preciso haver um Estado enxuto, limpo, ativo, planejador e capaz de descortinar o futuro //



Fonte <http://estaticog1.globo.com/2015/09/15/Plano-de-Governo-2015-2018.pdf>





O FUTURO É COMO O ACRE É NOSSO

É conhecendo a história do Estado do Acre e observando as políticas equivocadas e mal planejadas tomadas no passado, que se desperta para o encaminhamento de novas propostas e projetos pautados em pesquisas e estudos adequados que auxiliarão, principalmente, na condução do Acre ao eixo do desenvolvimento. Deste modo, o Fórum Acre 2050 apresenta suas propostas e sugestões de governo para o quadriênio 2019-2022.

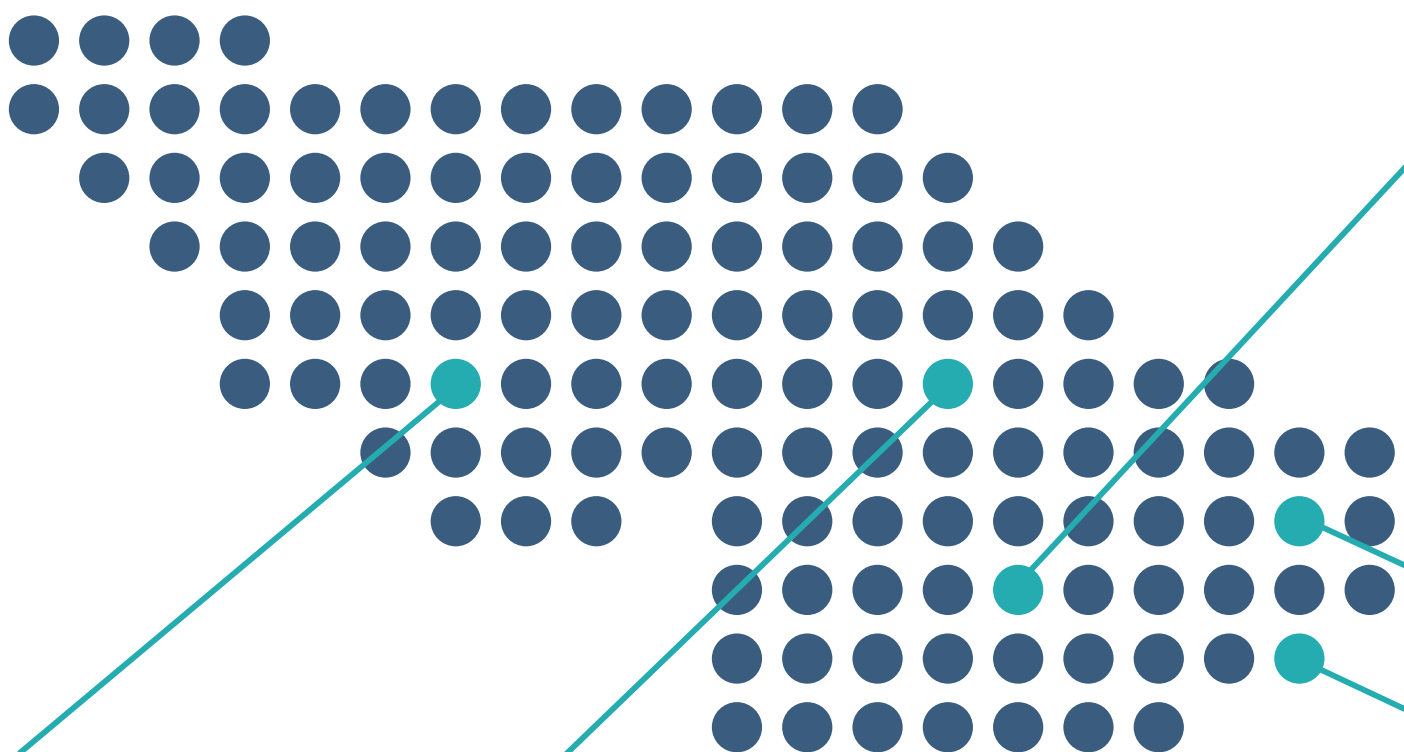
Para tanto, as propostas e sugestões do Acre 2050 para o Estado do Acre estão pautadas em cinco eixos estratégicos de desenvolvimento: Economia e Gestão Pública, Infraestrutura, Segurança, Saúde e Educação.

PROPOSTAS DE
MELHORIAS E
INVESTIMENTOS PARA O

ESTADO DO ACRE



Este infográfico faz uma simulação resumida de como as finanças do Estado poderiam ser distribuídas administrativamente nos 5 eixos de forma correta. Como referência, o mapa do Estado do Acre.



ECONOMIA

Para o setor agrícola, propõe-se a disposição de

R\$ 200
MILHÕES

Investimento em 300 mil hectares de plantio de grãos

Sugestão de Economia proposta na gestão pública

R\$ 600
MILHÕES



INFRAESTRUTURA

Crescimento e desenvolvimento de longo prazo para o Estado

DUPLICAÇÃO

BR-317

*REVITALIZAÇÃO
E EXPANSÃO*

BR-364

Melhoria de eficiência energética e telefonia para a implantação de futuros polos de tecnologia.



SEGURANÇA PÚBLICA

As medidas propostas de imediato são dobrar o efetivo de policiais durante o quadriênio

2019.2022;

Elaboração de um Fundo de Segurança Pública, que será um percentual de

5% DO ICMS



SAÚDE

A melhoria da saúde consiste, basicamente, por meio do processo de descentralização dos grandes polos

Implantação do programa para zerar a fila dos hospitais de grande porte.



EDUCAÇÃO

No tocante a gestão, propõe-se transferir

30%

do sistema de ensino fundamental e médio para escolas de ensino privado mediante a implantação do modelo de voucher escolar que consiste em um certificado de financiamento emitido pelo governo e entregue para os pais de uma criança em idade escolar

ECONOMIA

No eixo Economia e Gestão Pública, propõem-se políticas de incentivo e ampliação dos setores agropecuário, industrial, comercial e de serviço. Para o setor agrícola, propõe-se a disposição de R\$ 200 milhões para investimento em 300 mil hectares de plantio de grãos (soja, milho, arroz, feijão, café etc.). Em relação ao pecuário, propõe-se a elaboração de políticas fiscais competitivas com outros Estados da região Norte. A pauta fiscal proposta são medidas simples, mas com efeitos imediatos na economia acreana diante do cancelamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na entrada do produto, além da elevação do teto do Refis para empresas de pequeno porte.

A gestão pública é fundamental para o bom funcionamento do Estado na condução das políticas propostas no Plano de Governo, como também o gerenciamento dos recursos e gastos do governo. Portanto, propõe-se: a redução do número de secretarias para dez; a privatização de empresas estatais ineficientes, que apenas oneram os cofres públicos; e a implantação da Unificação de Centrais de Compra, que gerará uma economia de R\$ 600 milhões em 4 anos.

INFRAESTRUTURA

Para o efetivo desenvolvimento regional, é necessário pensar em ações de longo prazo e, por isso, os projetos de infraestrutura se enquadram nesse aspecto, que é uma das principais deficiências estruturais do Estado. Portanto, no eixo de infraestrutura, o Acre 2050 propõe projetos vislumbrando o crescimento e o desenvolvimento de longo prazo para o Estado, como a duplicação da BR-317 até o município de Assis Brasil; a revitalização da BR-364 no trecho Rio Branco a Cruzeiro do Sul; a expansão da BR-364 até Pulcallpa, capital do departamento Ucayalli, no Peru, e distante apenas 220 km de Cruzeiro do Sul; a melhoria de eficiência energética e de telefonia para a implantação de futuros polos de tecnologia. ▶▶



SEGURANÇA PÚBLICA

Em questão de segurança pública, nos últimos anos, o Estado do Acre disparou nos índices de criminalidade, assim, são necessárias medidas contundentes para trazer a segurança novamente a todo Estado. As medidas propostas de imediato são: dobrar o efetivo de policiais durante o quadriênio 2019-2022; elaborar um Fundo de Segurança Pública, que será um percentual de 5% do ICMS arrecadado para investimento e aquisição de equipamentos de monitoramento; implan-

tar ações de combate ao tráfico de drogas nas fronteiras.

SAÚDE

As propostas para a melhoria da saúde consistem, basicamente, por meio do processo de descentralização dos grandes polos, como hospitais e fundações, mediante a implantação de clínicas de menor porte; e a implantação do programa para zerar a fila dos hospitais de grande porte.



EDUCAÇÃO

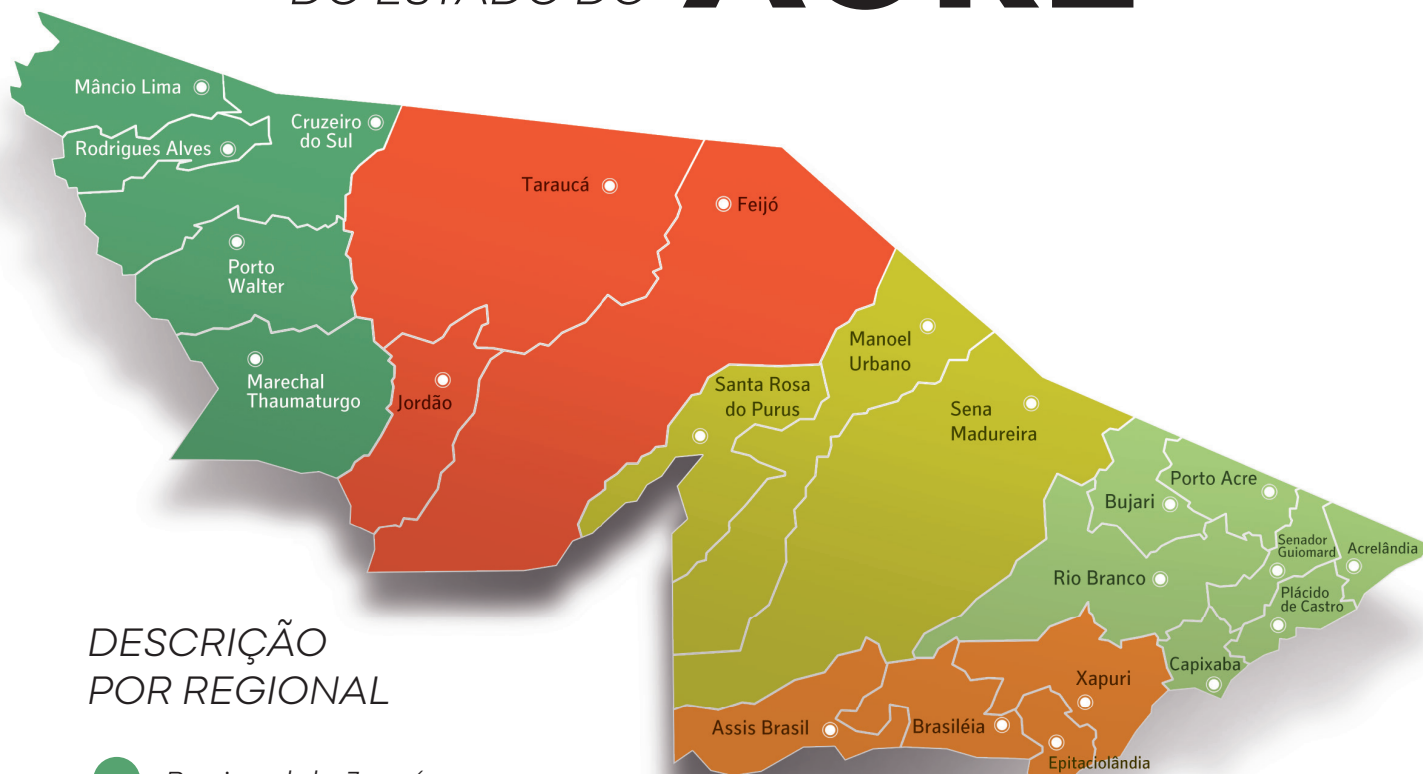
As políticas educacionais propostas consistem em melhorias de infraestrutura e, principalmente, na modernização do modelo de gestão com o objetivo de elevar a média estadual a níveis de centros educacionais de referência. Em relação a infraestrutura, no primeiro ano de governo, todas escolas da rede estadual terão ar condicionado instalados nas salas de aula. No tocante a gestão, propõe-se transferir 30% do sistema de ensino fundamental e médio para escolas de ensino privado mediante a implantação do modelo de voucher escolar, que consiste em

um certificado de financiamento emitido pelo governo e entregue para os pais de uma criança em idade escolar, permitindo a liberdade para escolher em qual escola privada irá matricular a criança.






As propostas dos eixos de desenvolvimento apontados são apresentadas minuciosamente no decorrer deste trabalho. O Fórum Acre 2050 acredita na construção de um novo Acre, moderno e desenvolvido, a partir da consolidação das propostas apresentadas mediante a implantação das políticas públicas direcionadas e avaliadas periodicamente.

CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DO

ACRE



DESCRIÇÃO POR REGIONAL

-  *Regional do Juruá*
-  *Regional do Tarauacá/Envira*
-  *Regional do Purus*
-  *Regional do Alto Acre*
-  *Regional do Baixo Acre*

1. ECONOMIA

Nos últimos 20 anos, os governos que estiveram à frente da condução do Estado do Acre tentaram implementar um modelo de desenvolvimento pautado na sustentabilidade, mas para ocorrer efetivamente o desenvolvimento sustentável, são necessárias políticas alinhadas com três pon-

tos fundamentais: econômico, social e ambiental. Do ponto de vista econômico, as políticas devem ser economicamente viáveis. O social diz respeito às políticas que buscam promover a justiça social. E o ambiental destaca as políticas que sejam corretas ambientalmente.

Projetos "faraônicos" (peixe, taco, porco etc.)

Taco: R\$ 38 milhões

<https://www.ac24horas.com/2015/09/01/deputado-denuncia-que-equipamentos-da-fabrica-de-tacos-de-xapuri-foram-roubados/>

Peixes da Amazônia: mais de R\$ 60 milhões de reais .

ZPE: R\$ 25 milhões

<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,acre-tera-a-primeira-zpe-a-sair-do-papel-imp-,851243>

2. INFRAESTRUTURA

Por trás do desenvolvimento econômico de uma região, estão diversos condicionantes que afetam diretamente a geração de renda e crescimento. Dentre os condicionantes, destaca-se a infraestrutura de uma região como um elemento fundamental para a promoção do desenvolvimento regional. Por exemplo, não adianta um setor produtivo ter sua estrutura produtiva consolidada internamente, se "fora da porteira" não existe a condição mínima de escoamento da produção.

A dicotomia que existe no Brasil é fácil de perceber mediante a diferença de desenvolvimento entre regiões. No Sul e Sudeste encontram-se os estados com economias e infraestrutura consolidadas. Ao Norte e Nordeste, estão os estados que ainda não encontraram o caminho adequado para o desenvolvimento. Esse é o modelo denominado pelos economistas cepalinos como "centro x periferia", onde se encontra um grande "centro" com a economia e estruturas produtivas

consolidadas, e a "periferia", que é a região dependente do "centro".

No Estado do Acre, que embora não apresente ainda uma região totalmente desenvolvida, esse modelo reflete-se notadamente por perceber que existem regiões ou municípios mais desenvolvidos que outros, como o Vale do Acre e Vale do Juruá. No Vale do Acre está a capital acreana, o município de Rio Branco, e observa-se claramente uma região muito mais dinâmica em relação ao Vale do Juruá, que, para se ter uma ideia, ainda possui três municípios (Marechal Thaumaturgo, Porto Valter, Jordão) isolados de forma viária.

Portanto, são fundamentais investimentos adequados em infraestrutura no Estado do Acre que tenham condições de promover a geração de renda, o crescimento econômico e, principalmente, a qualidade de vida digna ao cidadão acreano.

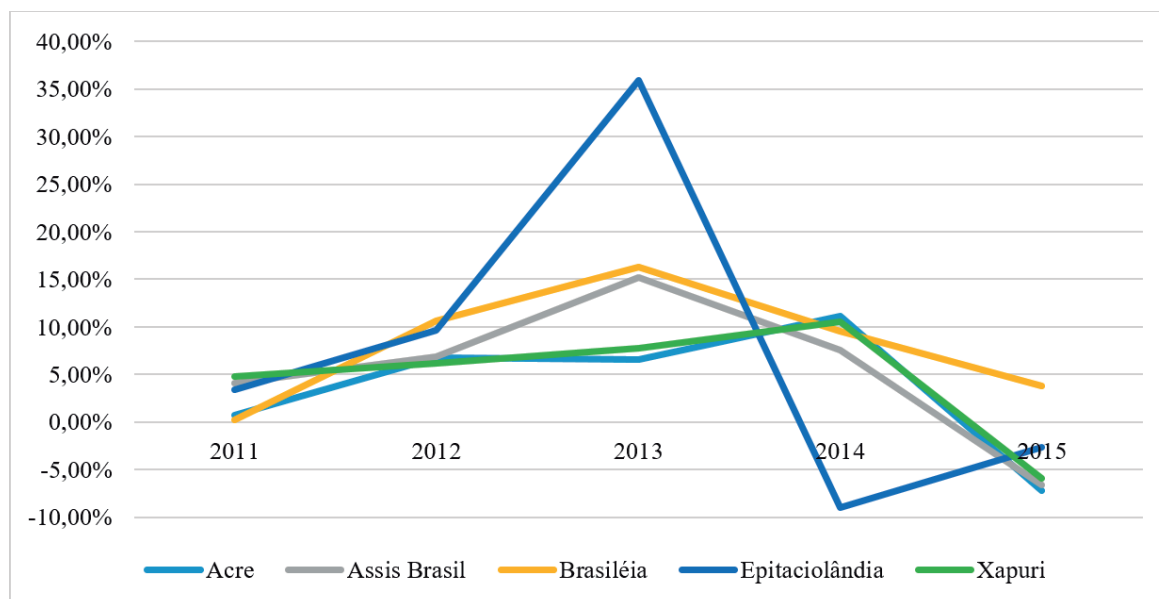
As propostas de infraestrutura são pontuadas e explicadas detalhadamente abaixo:

- **Duplicação da BR-317 até Assis Brasil**

A microrregião do Alto Acre contempla quatro municípios, sendo Xapuri, Brasiléia, Epitaciolândia e Assis Brasil. A rodovia que dá acesso a essa região é a BR-317, passando pelos municípios de Senador Guiomard e Capixaba, até chegar a fronteira de Iñapari, no Peru.

Os municípios do Alto Acre, entre 2011 e 2015, experimentaram taxas de crescimento satisfatórias no período, inclusive, em alguns anos, esteve acima da taxa estadual, e movimentou, anualmente, em média e valores atualizados até dezembro de 2017, mais de R\$ 1 bilhão. No entanto, percebe-se que a infraestrutura viária apresenta alguns trechos inadequados para o tráfego seguro, principalmente entre Brasiléia e Assis Brasil.

Figura 1 – Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios do Alto Acre, 2011 a 2015.



Fonte: SIDRA/IBGE (2018).

Portanto, observando o Alto Acre como uma região fronteira e com um potencial econômico para ser desenvolvido, propõe-se o projeto visionário de longo prazo para a duplicação da BR-317 até Assis Brasil. É um investimento que irá atender quase 100 mil pessoas, melhorando o fluxo rodoviário com maior segurança dessa população e, principalmente, as condições de tráfego de veículos pesados para importação e exportação de mercadorias.

- **Revitalização da BR-364: Rio Branco a Cruzeiro do Sul**

O trecho da BR-364 entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul já passou por diversos investimentos com recursos estaduais e federais e também houve mudanças na responsabilidade do gerenciamento. Antes, o Governo Estadual era o responsável pela manutenção e, recentemente, a responsabilidade de operação da rodovia foi transferida para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Assim, a BR-364 é a principal rodovia que conecta o Vale do Acre ao Vale do Juruá, Rio Branco a Cruzeiro do Sul. É fundamental que essa rodovia tenha

condições de trafegabilidade adequadas de inverno a verão, uma vez que cruza o Estado de "ponta a ponta", passando por oito municípios até chegar ao município de Mâncio Lima, atendendo diretamente uma população de mais de 270 mil habitantes (30% da população do Acre), sem contar os municípios de Santa Rosa do Purus, Jordão, Porto Valter e Marechal Thaumaturgo, considerados isolados de forma viária e que ainda não têm acesso à rodovia, mas que também dependem do fluxo viário.

Além disso, do ponto de vista econômico, esses municípios que dependem exclusivamente do acesso via BR-364 são responsáveis por movimentar anualmente, em média e valores atualizados até dezembro de 2017, mais de R\$ 4 bilhões, ou seja, 25% do PIB acreano está nessa região.

Portanto, é fundamental que essas regiões tenham as condições rodoviárias adequadas para o fluxo contínuo de inverno a verão de veículos leves e, principalmente, pesados. A revitalização da BR-364 não pode ser prorrogada e é essencial o gerenciamento para garantir a manutenção adequada da rodovia.

- **Expansão da BR-364 até Pucallpa/ Peru**

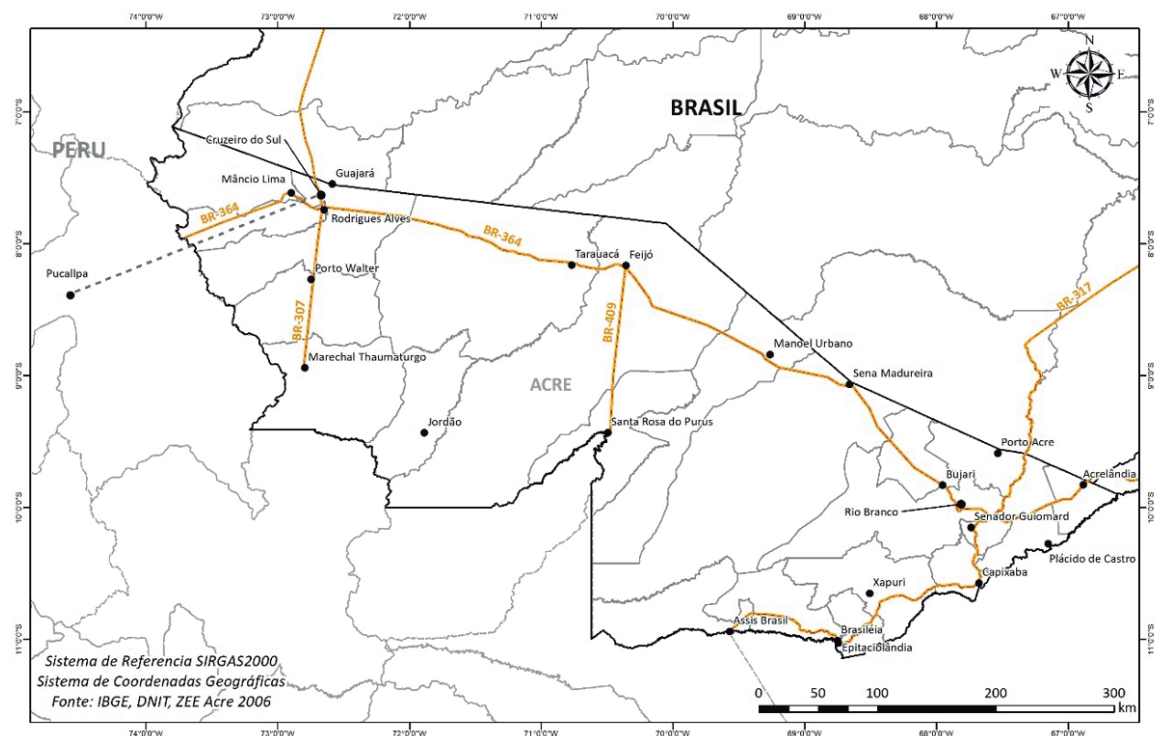
Pucallpa é uma cidade do Peru que está localizada a apenas 227 km do município de Cruzeiro do Sul, tem uma população de aproximadamente 211 mil habitantes, com uma infraestrutura viária que a conecta às principais cidades peruanas, incluindo a capital Lima.

Hoje, para ir de Cruzeiro do Sul a Pucallpa por uma rota regular, é necessário percorrer mais de 3 mil km, indo para

Rio Branco, Puerto Maldonado, Cuzco, Lima e, aí sim, Pucallpa, atravessando duas vezes a Cordilheira dos Andes.

Portanto, a BR-364 tendo as condições de trafegabilidade e consolidada no tocante ao gerenciamento, propõe-se a expansão da rodovia até o departamento de Pucallpa, conectando Cruzeiro do Sul e o Vale do Juruá ao país vizinho pelo meio viário, estruturando essa região para fomentar o comércio internacional e o turismo.

Figura 2 – Mapa do Estado do Acre destacando o trecho da BR-364, Rio Branco a Cruzeiro do Sul, e a cidade de Pucallpa no Peru – 2018.



Fonte: IBGE, DNIT, ZEE Acre 2006 (2018). Elaborado: Alisson Muneratti.

- **Eficiência energética e telefonia**

Acre ainda é dependente totalmente de Rondonia de energia e dados. Sem uma execução de um amplo investimento nesses dois campos não conseguiremos ter a base para futuros polos de tecnologia e indústria competitiva. A cidade de Cruzeiro do Sul é réfem frequentemente de apagões de energia e dados.

3. SEGURANÇA

A situação de insegurança em que se encontra o Estado do Acre é preocupante, principalmente com os números de violência disparando em todos os municípios. Para viabilizar a segurança pública estadual e reduzir os índices de criminalidade, são necessárias medidas contundentes e efetivas.

As propostas apontadas pelo Acre 2050 são medidas que buscam a redução da criminalidade no curto prazo, e de manutenção do baixo índice a longo prazo, com investimentos de equipamento de inteligência.

- **Efetivo de soldados**

A Organização das Nações Unidas (ONU) recomenda que no país/estado/município tenha um policial militar para cada 450 habitantes. De acordo com números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2013, o Estado do Acre apresentava um efetivo de 2.712 policiais militares, assim, tinha um policial militar para cada 286 habitantes. Porém, com crescimento populacional até 2017, estima-se que atualmente a população seja aproximadamente 830 mil habitantes, e não havendo a contratação de novos policiais, essa relação sobe para um policial para cada 305 habitantes.

Portanto, a proposta é dobrar o efetivo de policiais militares com treinamento e capacitação adequados no período do quadriênio 2019-2022, a fim de aumentar o patrulhamento nas regiões de maior incidência de criminalidade.

- **Fundo de Segurança**

A elaboração e implementação do Fundo de Segurança será um recurso disponível para a segurança pública, além do orçamento anual que consta na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO). O Fundo será constituído e viabilizado a partir de uma parcela de 5% do ICMS que deverá ser revertido no investimento de equipamentos de inteligência e monitoramento.

- **Combate as drogas na fronteira**

O Brasil possui quase 17 mil km de fronteira com nove países da América do Sul. Em algumas áreas, o acesso é muito precário, o que prejudica a fiscalização de entrada e saída de pessoas e produtos, favorecendo o contrabando principalmente na Amazônia brasileira, onde o acesso à fronteira pode ocorrer até mesmo por via fluvial.

A situação de fronteira do Estado do Acre com os países vizinhos, Bolívia e Peru, evidencia a necessidade de fiscalização mais rigorosa, uma vez que o Estado é uma das "portas de entrada" de drogas para o contrabando no Brasil.

Por se tratar de uma questão nacional e a fiscalização ser executada por órgãos federais, o Acre 2050 propõe a política de combate às drogas nas fronteiras a partir do aumento de postos de fiscalização e efetivos de policiais rodoviários federais nas rodovias, e do exército brasileiro nos municípios de fronteira.

- **Batalhões e quartéis**

Atualmente, a estrutura organizacional da Polícia Militar do Acre ocorre mediante três Comandos de Policiamento Operacional (CPO), sendo o CPO I tendo como subordinados sete batalhões em Rio Branco e um em Sena Madureira, com pelotões para atender os municípios de Manoel Urbano e Santa Rosa do Purus; o CPO II, que tem dois batalhões, sendo um localizado Cruzeiro do Sul com pelotões para atender os municípios Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Valter e Marechal Thaumaturgo e outro batalhão instalado em Tarauacá, com uma companhia para atender Feijó, e um pelotão atendendo o Jordão; e o CPO III, com dois batalhões, sendo um localizado em Senador Guiomard com companhias e pelotões nos municípios de Plácido de Castro, Acrelândia, Capixaba e na Vila Campinas, e outro no município de Brasiléia, com companhias atendendo os municípios de Xapuri e Assis Brasil.

4. SAÚDE

A saúde é uma pauta de interesse público e, principalmente, um direito essencial da pessoa humana. Portanto, a saúde pública é uma das áreas sociais fundamentais para o desenvolvimento de uma região, uma vez que a prestação de serviços e a erradicação de doenças refletem na qualidade de vida da população. A composição para ofertar

um serviço de qualidade não se resume apenas na estrutura predial e técnica, sendo o ambiente social, como as condições de vida nos municípios (alimentação, moradia, saneamento, trabalho etc.), fatores essenciais para garantir uma saúde qualidade.

Para tanto, existem alguns parâmetros determinados por instituições internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), e nacionais, como o Ministério da Saúde, para garantir a oferta de um serviço de saúde pública de qualidade na região.

Com relação ao número de médicos por habitantes, de acordo com a OMS no ano de 2013, os países desenvolvidos possuem, em média, 3,33 médicos para cada mil habitantes, e determina como parâmetro, que tenha 3,45 profissionais da saúde para cada mil ha-

bitantes para que um país seja considerado prestador de assistência global de saúde. No Brasil, esse indicador reduz para quase metade, sendo de 1,76 médicos por mil habitantes e inferior até mesmo a média dos países subdesenvolvidos (1,78/mil hab.), bem como ao recomendado pelo Ministério da Saúde de 2,5 médicos/mil hab. Apenas a região Sudeste atingia a meta estabelecida, apresentando 2,61/ mil hab., segundo o IBGE.

Mesmo os resultados do levantamento sendo divulgados em 2013, no Estado do Acre, já no ano de 2016, esse indicador ainda não havia alcançado a meta estabelecida pelo Ministério da Saúde e recomendada pela OMS, de acordo com os dados divulgados pelo Governo do Estado do Acre, através do Acre em Números 2017, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Profissionais da Saúde no Estado do Acre por 1.000 habitantes – 2016.

Categoria	Quantidade	Profissionais por mil habitantes
Médicos	930	1,14
Cirurgiões Dentistas	651	0,80
Enfermeiros	1.936	2,37
Técnico em enfermagem	4.292	5,26
Auxiliar de enfermagem	703	0,86
Total de Profissionais da Saúde	8.512	10,42

Fonte: Acre em Números (2017).

Além da recomendação da quantidade de médicos por habitantes, a OMS orienta também a quantidade de leitos necessários para atender adequadamente a população. Entre 3 a 5 leitos para cada mil habitantes é o recomendado pela instituição internacional, mas em países desenvolvidos, como Japão e Alemanha, esse indicador é muito superior, 13,7 e 8,2 leitos para cada mil habitantes, respectivamente.

No Estado do Acre, de acordo com números do próprio Governo estadual, em 2015, esse indicador foi de 1,80 leitos/mil habitantes, aquém do recomendado pela OMS, mesmo considerando os leitos que não pertencem ao Sistema Único de Saúde (SUS). Ao separar os leitos por categoria de gestão, sendo SUS ou Não SUS, observa-se que apenas o número de leitos do SUS (1,59 leitos/mil hab.) é muito inferior ao parâmetro estabelecido pela OMS.

Tabela 2 – Demonstrativo de leitos existentes no Estado do Acre por 1.000 habitantes – 2015.

Tipos de leitos	SUS	SUS/1.000 hab.	Não SUS	Não SUS/1.000 hab.	Total	Total/1.000 hab.
Cirúrgico	253	0,31	55	0,07	308	0,38
Clínico	497	0,62	46	0,06	543	0,68
Obstétricos	200	0,25	19	0,02	219	0,27
Pediátricos	182	0,23	51	0,06	233	0,29
Outras Especialidades	139	0,17	1	0,00	140	0,17
Hospital Dia	3	0,00	0	0,00	3	0,00
Total geral	1.274	1,59	172	0,21	1.446	1,80

Fonte: Acre em Números (2017).

Ainda são necessários estudos mais profundos sobre a saúde pública no Estado do Acre para entender qual é a realidade e identificar os processos que fragilizam e desarticulam o encaminhamento de melhorias nesse setor. Portanto, conhecendo-se um pouco da situação da saúde pública do Estado do Acre e acompanhando modelos de resultados satisfatórios que foram implementados em outros países e regiões, o Acre 2050 apresenta suas propostas para a saúde pública estadual, principalmente, no tocante ao modelo de gestão.

- **Descentralizar para Amenizar**

A proposta "Descentralizar para Amenizar" consiste no desafogamento dos grandes polos de saúde, como Fundação Hospitalar, Hospital de Urgência e Emergência (HUERB), Hospital do Juruá, mediante a implantação de clínicas de portes menores divididas por regionais nos municípios do Estado do Acre, descentralizando o atendimento naquelas unidades de maior porte.

- **Saúde Privada do Povo**

Sabe-se que a população de baixa

renda ainda não dispõe de condições para realizar exames e consultas periódicas e tratamentos quando necessário, elevando consideravelmente a fila de atendimento nas unidades básicas de saúde do Estado. Assim, a proposta do Acre 2050, "Saúde Privada do Povo", tem como base o início da privatização da saúde pública mediante a parceria público-privada com pequenas clínicas médicas que estejam em consonância com a legislação médica e hospitalar.

- **Fila Zero**

A proposta "Fila Zero" do Acre 2050 é a continuação das propostas "Descentralizar para Amenizar" e "Saúde Privada do Povo", que consiste em zerar a fila de exames, consultas e tratamentos, principalmente, dos grandes hospitais do Estado. As duas propostas anteriores apresentadas já reduzirão consideravelmente as filas, porém, não serão suficientes para a manutenção das pequenas filas nas unidades de saúde pública. Portanto, a proposta "Fila Zero" buscará celeridade nos processos e encaminhamentos em exames, consultas e tratamentos baseados em serviços de 24 horas nas unidades de saúde pública.

- **Tributo 0, Saúde 100**

Na Economia existe um termo denominado "elasticidade", que significa a variação percentual de quantidade consumida de um bem ou serviço diante de alterações nos preços. Diz-se que um bem ou serviço é elástico quando o preço sobe ou desce e provoca uma variação na quantidade consumida daquele bem ou serviço. No entanto, existem bens ou serviços inelásticos, o que significa dizer que estes tipos de bens ou serviços não sofrem grandes variações na quantidade consumida, mesmo havendo alterações nos preços praticados.

Os bens e serviços da saúde pública, geralmente, são bens e serviços inelásticos, uma vez que são essenciais para o consumo e bem estar da população. Portanto, a proposta "Tributo 0, Saúde 100" do Acre 2050 busca a extinção ou pelo menos a minimização dos tributos que incidam sobre o sistema de saúde, incluindo medicamentos, aparelhos e materiais médicos, bem como a desburocratização da importação.

5. EDUCAÇÃO

A Educação, a Ciência e a Tecnologia são instrumentos fundamentais para minimizar e até mesmo erradicar a desigualdade social que ainda permeia entre a população. A forma de organização, infraestrutura e gestão

afetam diretamente na construção de oportunidades da sociedade, uma vez que a desigualdade social se manifesta até mesmo no ambiente educacional no tocante a diferença da qualidade de ensino público e privado.

O Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB), um dos parâmetros mais utilizados em trabalhos acadêmicos para comparar a qualidade de ensino, revela a diferença na qualidade de ensino com as notas obtidas.

Observa-se, na Tabela 3, que em um período de 11 anos, comparando os dados de cinco exames realizados, as notas do ensino privado foram sempre superiores em todas as etapas educacionais. Os alunos do ensino fundamental do setor público apresentaram uma melhora significativa nas notas, porém, não chegou aos níveis do setor privado.

No que se refere ao ensino médio, vale destacar que mesmo as notas dos alunos do setor privado terem mostrado uma "estagnação", por se manterem, praticamente, no mesmo nível em todos os anos, os resultados do desempenho dos alunos das escolas públicas não foram suficientes para chegar aos níveis do setor privado. Esses resultados revelam que as políticas educacionais adotadas no período não foram adequadas para garantir a melhoria da qualidade do ensino do setor público.

Tabela 3 – Notas do IDEB das escolas acreanas públicas e privadas.

Ano	5º ano - Ensino Fundamental		9º ano - Ensino Fundamental		3º ano - Ensino Médio	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
2005	3,3	5,7	3,5	5	3,0	5,6
2007	3,8	6	3,8	5,3	3,3	5,1
2009	4,5	-	4,1	-	3,5	-
2011	4,7	6,2	4,2	5,6	3,3	5
2013	5,2	6,7	4,4	5,7	3,3	5,3
2015	5,5	7,1	4,4	5,9	3,5	5,3

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP/IDEB (2018).

Nota: Elaborado pela equipe do Plano de Governo Livres.

As desigualdades nos resultados constatados vão muito além do que as notas obtidas nos exames nacionais. É o reflexo de que algumas escolas ainda não têm condições de cumprir seu papel de amenizar as desigualdades sociais de forma que promova o ambiente cultural e auxilie no desenvolvimento do ambiente econômico para erradicar a exclusão social.

As políticas educacionais propostas pelo Acre 2050 estão relacionadas à promoção de uma educação transformadora, emancipacionista, inclusiva e cidadã, dando condições ao fomento da Ciência e da Tecnologia no Estado. Para tanto, as políticas propostas visam a mudanças mediante uma nova gestão administrativa e pedagógica de acordo com a nova reforma educacional, comprometendo-se com a melhoria efetiva da qualidade de ensino para garantir inclusão social, inovação, acessibilidade e envolvimento da comunidade.

Nossas propostas buscam superar os "mitos" educacionais que prevalecem ainda hoje, como "falta dinheiro para a educação". Ora, a melhoria da qualidade educacional não se resume somente a "mais dinheiro", uma vez que percebemos que os investimentos no período de dez anos não trouxeram resultados significativos na melhoria da qualidade de ensino.

- **Sistema Voucher**

O sistema voucher escolar consiste em um certificado de financiamento emitido pelo governo e entregue para os pais de uma criança em idade escolar. Assim, os pais podem avaliar e escolher em qual escola privada a criança irá estudar, sendo a mensalidade paga por esse título disponibilizado pelo governo, ou seja, o próprio governo financiará a escolarização privada da criança.

Sabendo-se que as escolas privadas demonstraram resultados superiores em relação às escolas públicas, propõe-se o início na privatização do setor educacional visando estimular o aumento competitividade e a eficiência dos rendimentos escolares e dos cofres públicos.

Além disso, de acordo com os Ministérios da Educação e Fazenda, o custo mínimo de um aluno da educação básica no ano de 2015 foi de R\$ 2.545,31 e em 2016 de R\$ 2.739,77, ou seja, um aumento de 7,6% ao ano. A mensalidade mais cara nas escolas privadas é do ensino médio, que, em média, será de R\$ 850,00, portanto, o custo-benefício para o Estado implantar essa política é consideravelmente viável.

Inicialmente, durante o quadriênio 2019-2022, propõe-se que 30% das vagas do ensino básico sejam repassadas ao setor privado. De acordo com o IBGE, em 2015, no Estado do Acre, o ensino básico era composto por quase 218 mil estudantes, considerando o pré-escolar e ensinos fundamental e médio, assim, aproximadamente 65 mil vagas seriam repassadas e distribuídas proporcionalmente de acordo com categoria de ensino.

A política de financiamento proposta poderá ser feita de duas formas: a primeira a partir da emissão do voucher. E a segunda, mediante a redução ou isenção parcial ou total de impostos das escolas privadas, considerando que abra a quantidade de vagas demandada pelo governo.

- **Redução de número de alunos por professor**

A pesquisa World Education Indicators (WEI), publicada em setembro de 2017, realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e pela Organização para Cooperação do Desenvolvimento (OCDE), levou em consideração dados referentes ao ano de 2015. Os resultados mostraram que o Brasil tem 25 alunos por docente nas instituições públicas e, nas privadas, são 20 alunos por docente. Vale destacar que nos países membros da OCDE, essa relação é de 13 alunos por docente, e ao comparar com os países europeus, esse indicador reduz para 12.

Estudos indicam que é fundamental uma proporção adequada entre alunos e docentes, uma vez que turmas com menores quantidades de estudantes facilitam o trabalho de docência condicio-

nando assistência e acompanhamento com mais atenção.

De acordo com o Censo Educacional de 2015, como apresentado na Tabela 4, nas escolas públicas a quantidade de aluno por professor, em todos os níveis de ensino, ainda está fora da média dos países desenvolvidos, apontando mais de 20 alunos por docente. A proposta do Acre 2050 de redução no indicador de alunos

por professor é de igualar aos níveis dos países desenvolvidos.

Assim, com a política de transferência de 30% das vagas públicas para as escolas privadas a partir do sistema voucher, estima-se que essa relação irá reduzir, em média, para 14 alunos por docente. E para chegar aos níveis propostos será realizado a contratação de novos docentes.

Tabela 4 – Quantitativo de alunos, docentes e escolas no Estado do Acre em 2015.

Ensino	Categoria	Aluno	Docente	Escolas	Aluno/Docente	Aluno/Escola
Ensino pré-escolar	Municipal	23.182	1.205	425	19,24	54,55
	Estadual	373	41	37	9,10	10,08
	Federal	26	4	1	6,50	26,00
	Privada	1.304	73	18	17,86	72,44
	Total	24.885	1.323	481	18,81	51,74
Ensino fundamental	Municipal	59.956	2.915	849	20,57	70,62
	Estadual	97.707	4.337	591	22,53	165,32
	Federal	322	27	1	11,93	322,00
	Privada	6.705	380	20	17,64	335,25
	Total	164.690	7.659	1.461	21,50	112,72
Ensino médio	Municipal	-	-	-	-	-
	Estadual	36.866	1.934	169	19,06	218,14
	Federal	362	152	7	2,38	51,71
	Privada	2.045	163	12	12,55	170,42
	Total	39.273	2.249	188	17,46	208,90

Fonte: Ministério de Educação - INEP - Censo Educacional 2015.

Nota: Dados extraídos do IBGE Cidades e elaborado pela equipe do Plano de Governo Livres.

• Infraestrutura escolar

Uma das propostas do Acre 2050 de curto prazo para melhorar o conforto dos alunos em sala de aula, é a melho-

ria da infraestrutura escolar, principalmente com a instalação de ar condicionado em todas as escolas públicas.







ACRE2050

O FUTURO DOS ACREANOS JÁ COMEÇOU